



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Campina Grande
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano**

**Utilização de Plantas Medicinais por Alunos da EJA na Perspectiva
da Economia Solidária**

Enilma Pinheiro dos Santos

CUITÉ – PB

2017

IUFCG/BIBLIOTECA

Enilma Pinheiro dos Santos

Utilização de Plantas Medicinais por Alunos da EJA na Perspectiva da Economia Solidária

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para receber o título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos

CUITÉ – PB

2017

IUFCEG/BIBLIOTECA



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S237u Santos, Enilma Pinheiro dos.

Utilização de plantas medicinais por alunos da EJA na perspectiva da Economia Solidária. / Enilma Pinheiro dos Santos. – Cuité: CES, 2017.

45 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária no semiárido paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFPG, 2017.

Orientador: Dr. José Carlos Oliveira Santos.

1. Economia solidária. 2. Plantas medicinais. 3. Educação de Jovens e adultos. I. Título.

Biblioteca do CES - UFPG

CDU 330.873

UFPG/BIBLIOTECA

Enilma Pinheiro dos Santos

Utilização de Plantas Medicinais por Alunos da EJA na Perspectiva da Economia Solidária

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, para obtenção do título de Especialista, conforme a apreciação da Banca Examinadora.

Aprovada em ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos - Orientador
UABQ/CES/UFCG

Profa. Dra. Claudia Patrícia Fernandes dos Santos - Membro
UABQ/CES/UFCG

Profa. Dra. Leticia Caporlingua Giesta - Membro
UABQ/CES/UFCG

UFCG/BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

Sobretudo a Deus, que sempre esteve presente trazendo o melhor para minha vida.

A minha família especialmente á minha mãe por me apoiar e estar sempre presente em todos os momentos da minha vida.

Agradeço as coordenadoras Crislene Rodrigues da Silva Moraes e Claudia Patrícia Fernandes dos Santos e a todos os professores que são responsáveis por transformações importantes no ensino e aprendizagem e por terem compartilhado seus conhecimentos, pelas experiências vivenciadas durante o período acadêmico.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos pelos ensinamentos, competência e pela enorme paciência que teve comigo durante todo período.

Aos meus amigos Júnior, Bruna e Cantarely que se faz presente em minha vida seja em momentos de felicidades ou dificuldades que a amizade construída ao longo dos anos prevaleça alicerçada no amor e sinceridade, aos amigos e colegas de curso muito obrigado pelos maravilhosos momentos que passamos juntos, pelas trocas de experiências, pelas risadas, por tudo, pois as verdadeiras lembranças ficam armazenadas em nossas memórias e coração.

As professoras membros da banca Profa. Dra. Claudia Patrícia Fernandes e Dra. Leticia Caporlingua Giesta por avaliarem o meu trabalho.

Aos professores e alunos EJA da EMEF Severino Ramos da Nobrega que contribuíram com minha formação e com essa pesquisa. Muito obrigada.

SANTOS, E. P. **Utilização de Plantas Medicinais por Alunos da EJA na Perspectiva da Economia Solidária**. 2017. 43 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

RESUMO

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos têm várias perspectivas no que se refere ao futuro, acreditam que a Educação de Jovens e Adultos pode ser determinante na formação escolar quanto na socialização promovendo assim melhorias na qualidade de vida, e isso pode dar-se através de práticas de economia solidária. A cultura de utilizar plantas medicinais é prática que se faz presente desde os tempos antigos e é passado de geração a geração por povos indígenas, populações tradicionais que são constituídas por agricultores, pesquisadores. Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento das formas como as plantas medicinais são utilizadas por alunos da Educação de Jovens e Adultos e suas perspectivas para uma economia solidária em uma Escola Municipal da cidade de Picuí, Paraíba. Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectivas dos participantes acerca do uso das plantas medicinais, utilizando-se como ferramentas principais a aplicação de questionários e uma palestra-aula. De acordo com as características do sistema de produção de plantas medicinais descrito nesta pesquisa, a agricultura familiar apresenta condições propícias para o seu cultivo. Trata-se, portanto, de mais uma alternativa na geração de emprego e renda através de uma economia solidária para este segmento tão importante e representativo do Brasil.

Palavras-Chaves: Plantas Medicinais, Economia Solidária, Educação de Jovens e Adultos.

SANTOS, E. P. **Use of Medicinal Plants by EJA Students in the Perspective of the Solidarity Economy**. 2017. 43 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

ABSTRACT

Young and Adult Education students have different perspectives on the future, they believe that Youth and Adult Education can be a determining factor in school education as well as in socialization, thus promoting improvements in the quality of life, and this can happen through of solidarity economy practices. The culture of using medicinal plants is a practice that has been present since ancient times and is passed on from generation to generation by indigenous peoples, traditional populations that are made up of farmers, researchers. This work aims to perform a survey of the ways in which medicinal plants are used by students of Youth and Adult Education and their perspectives for a solidarity economy in a Municipal School in the city of Picuí, Paraíba. This research has a qualitative and quantitative character, which involves the obtaining of descriptive data, obtained in the direct contact of the researcher with the studied situation, emphasizes the process more than the product and is concerned with portraying the perspectives of the participants about the use of medicinal plants, Using as main tools the application of questionnaires and a lecture-class. According to the characteristics of the system of production of medicinal plants described in this research, family farming presents favorable conditions for its cultivation. It is, therefore, another alternative in the generation of employment and income through a solidarity economy for this segment so important and representative of Brazil.

Keywords: Medicinal Plants, Solidarity Economy, Youth and Adult Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Faixa Etária dos Educandos da EJA entrevistados	26
Figura 2. Anos distante da sala de aula	27
Figura 3. Número de Pessoas versus Renda Familiar	29
Figura 4. Modo de Preparo	30
Figura 5. Local de Aquisição	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nomes das famílias das plantas versus as indicações e números citadas.....	31
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA -----	12
2.1 Educação de Jovens e Adultos -----	12
2.2 Economia Solidária -----	16
2.3 Plantas Medicinais -----	19
3. METODOLOGIA -----	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES -----	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	35
6. REFERÊNCIAS -----	36
APÊNDICE 1-----	40
APÊNDICE 2-----	43

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a literatura a educação básica destinada a jovens e adultos foi delineada de forma organizada a partir dos anos 30, quando o ensino público primário passa ser obrigatório e direito de todos. Diante de várias interpretações e de interesses adversos, nos mais distantes municípios, uma parcela de adultos foi contemplada com o ensino sistematizado (STRELHOW, 2010).

No decorrer das décadas muitas campanhas e programas foram criados e contribuíram diretamente para construção de uma educação direcionada a um público que devido às adversidades de suas vidas se distanciaram da sala de aula. De modo que a Educação de Jovens e Adultos – EJA, em 1996, foi acrescida na Constituição Federal do Brasil e no Artigo 2 da LDB como uma modalidade da educação básica, reforçando que a mesma promove estratégias em prol da igualdade do acesso à educação (BRASIL, 1996).

A palavra economia traz consigo a ideia de poupar e quando se trata de Economia Solidária refere-se a uma forma de buscar, fazer parte e colocar em prática ações que venham proporcionar melhoras na estrutura física e no bem comum de todos envolvidos na vivência, motivando-os com mais uma perspectiva de crescimento coletivo no mundo do trabalho.

Segundo Paul Singer (2002), a economia solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

De acordo com Santos (2013),

A sociedade brasileira como um todo vem construindo uma discussão sobre a reivindicação dos seus direitos. É visível a crescente quantidade de grupos organizados na busca pelo conhecimento que fortalecem a luta pela universalização dos seus direitos bem como o acesso a educação e participação de forma participativa e efetiva na comunidade onde estão inseridos.

A cultura de utilizar plantas medicinais é prática que se faz presente desde os tempos antigos e é passado de geração a geração por povos indígenas, populações tradicionais que são constituídas por agricultores, pesquisadores e etc. (REZENDE *et al.*, 2002).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1979) planta medicinal é todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semi-

sintéticos, que quando utilizadas para o tratamento tanto do ser humano como de animais, através da sua ação farmacológica sejam capazes de aliviar, curar ou prevenir doenças físicas ou mentais.

Esse estudo visa fornecer informações aos moradores do município de Picuí, Paraíba, sobre os benefícios do uso das plantas medicinais bem como suas implicações para a saúde humana, além de sua viabilidade como pressuposto para prática da economia solidária. Justifica-se na necessidade de informações acerca do assunto devido a riscos que o sujeito se expõe no manuseio e a toxicidade de algumas espécies. Portanto, pretende contribuir com saberes que levem ao uso adequado das plantas e, conseqüentemente, com o bem estar dos indivíduos.

O presente estudo pretende responder as seguintes questões:

- Quais as espécies de plantas são recorrentes em quintais e hortas com finalidade de incremento da medicina popular do semiárido?
- Como os saberes populares está sendo repassado de geração a geração?
- Ocorre o compartilhamento de saberes e de plantas medicinais entre os moradores de uma mesma comunidade?
- A educação formal modifica de alguma forma o conhecimento popular acerca das plantas medicinais

Dentre as hipóteses, temos:

- As plantas medicinais estão sendo usadas corretamente pelas pessoas que cultivam e indicam para outras da comunidade.
- A educação formal modifica o conhecimento popular empregado no uso de plantas medicinais, tornando-o mais consciente.

As comunidades mais carentes, e mesmo aquelas com pouco estudo, são responsáveis por manter um conhecimento sobre um grande elenco de plantas nativas e exóticas, para suprir as mais variadas necessidades, principalmente as alimentícias e as médicas, dessa forma, o conhecimento empírico destas populações, pode fornecer informações importantes para pesquisas e assim, muitas descobertas científicas (ALBUQUERQUE, 2005).

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho consiste em realizar um levantamento das formas como as plantas medicinais são utilizadas por alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA e suas perspectivas para uma economia solidária. Para tal, tem-se como objetivos específicos:

- Conhecer o perfil do público que faz uso de medicina alternativa;
- Listar as principais plantas medicinais cultivadas em quintais do município de Picuí - PB;
- Diagnosticar ações de economia solidárias já existentes no manejo de plantas medicinais utilizada por alunos da educação de Jovens e Adultos – EJA.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação de Jovens e Adultos

A educação de jovens e adultos no Brasil teve início ainda no processo de colonização logo após a chegada dos padres jesuítas em 1549, onde se catequizava índios e oferecia instruções a adultos e adolescentes colonizadores (STRELHOW, 2010). A Constituição Imperial de 1824 dizia no artigo 179, que todos os cidadãos tinham direito a instrução primária gratuita, no entanto o título de cidadania era benefício restrito a poucos, aos indivíduos livres ou libertos. O Brasil era um país com perfil agrícola e escravocrata que não via a educação escolar pública como prioridade ao desenvolvimento das crianças menos ainda a jovens e adultos. A Constituição Republicana, de 1891, regrida por retirar o direito à gratuidade da instrução aos cidadãos, em contrapartida promove o exercício do voto á alfabetização do povo.

A Educação de Adultos tornou-se oficial no Brasil após a aprovação do Decreto nº 19.513 de 25 de agosto de 1945. Ao longo dos anos muitos projetos, campanhas foram criadas com objetivo de alfabetizar jovens e adultos que por adversidades da vida não tiveram acesso á educação no período satisfatório.

A década de 1950 foi um marco, devido à formação de grupos e movimentos que se expandiu na época por almejar e lutar por uma educação que promovesse mudanças na formação, do cidadão consciente de seus direitos e uma sociedade com menores discrepâncias na composição social. Como por exemplo, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL. (STRELHOW, 2010).

Pretendiam todos à transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos de ordem vigente; buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, fortemente influenciados pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo. (PAIVA, 1983 apud GOMES, 2006).

Na década de 1960, uma equipe que tinha como Paulo Freire e sua equipe, no Movimento de Cultura Popular do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, vinham se destacando com suas experiências de alfabetização de adultos, que se diferenciavam das demais, pela metodologia aplicada em especial, pela “afirmação da necessidade de buscar os conteúdos da educação do povo nas condições reais de existência do homem comum” (BEISIEGEL, 1982 apud SANTOS, 2008).

O método utilizado por Paulo Freire e demais pessoas ia de encontro às práticas tradicionais de alfabetização, que eram voltadas para uma aprendizagem mecanizada e repetitiva que se utilizava de situações distantes da realidade dos mesmos, enquanto o método de Paulo Freire (1996) estava fundamentado nas ações do cotidiano e nos anseios dos alunos. Com isso, os estudantes são motivados a ser e fazer parte efetivamente na construção de novos saberes.

Desde logo, afastáramos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Pensávamos na alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Num trabalho que tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetização. Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização (FREIRE, 1967, p. 112).

Já em 1963, a experiência de Paulo Freire de Alfabetização de Adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte apresenta-se satisfatória e torna-se conhecida por proporcionar uma aprendizagem significativa aos alunos passando a ser modelo seguido por muitos movimentos engajados no fim do analfabetismo.

O Golpe Militar em 1964 é considerado um dos períodos mais conturbados da história brasileira. Na época, o militarismo governou com mãos de ferro, os programas que tinham como objetivos as transformações sociais foram alterados diante dos propósitos do sistema, ocorreu apreensões dos materiais, prisões dos administradores e muitos foram exilados. A educação de jovens e adultos também foi penalizada no governo militar.

Na concreta situação política do período, quando ainda se acreditava que o campo apresentava grandes riscos políticos e crescente tensão: a campanha alfabetizadora servia aí como ponta de lança para o controle político das massas, especialmente no interior, estendendo a todos os municípios brasileiros tentáculos capazes de perceber rapidamente não apenas as tensões sociais, mas também eventuais mobilizações de natureza política num período em que ainda vicejavam, bem ou mal movimentos guerrilheiros no campo. (PAIVA, 1990 apud GOMES, 2006).

Percebe-se que o regime político da época era o regime militar, o qual era bem mais complexo em alguns aspectos. As políticas de apoio social eram bem mais discretos, os objetivos eram conectar educação e desenvolvimento para os não alfabetizados, porém como aparelho de controle ideológico das massas não escolarizada.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi criado em consonância com a Lei 5.379 de 1967, com objetivo de erradicar o analfabetismo e proporcionar uma educação de jovens e adultos. O Mobral oferecia à população a alfabetização e as quatro primeiras séries do ensino fundamental: “Buscava-se instituir um movimento permanente de alfabetização e semiprofissionalização de adolescentes e adultos, durável enquanto persistissem as elevadas taxas de analfabetismo observadas no país” (BEISIEGEL, 1982 apud SANTOS, 2008).

De acordo com Corrêa (1979 apud GOMES, 2012), o Mobral passa por algumas alterações como, por exemplo, o nome Fundação Educar a preparar mão-de-obra necessária aos interesses capitalistas do Estado. Entretanto, apesar de toda essa estrutura, o Mobral não obteve resultados satisfatórios. “O desacerto técnico era, porém, a condição para aquilo que os representantes do regime viam como um acerto político” (PAIVA, 2013).

A Fundação Educar era muito semelhante ao Mobral, que sofreu alterações significativas onde a mesma Fundação Educar passou a subordinação ao Ministério da Educação MEC e a transformação em órgão em invés de instituição direta. Mesmo com o apoio do MEC, a Fundação Educar ocorreu em curto período de 1985 – 1990.

Na década de 1990, a nova LDB (Lei nº 9.394/96) no que se refere a EJA, foi contemplada com capítulo da nova lei. Eram recorrentes discursos que enfatizavam o combate ao analfabetismo. No Ano internacional da Alfabetização foi criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (BRASIL, 1996).

O PNAC se propôs a promover e mobilizar ações de alfabetização, através de comissões municipais, estaduais e nacional, envolvendo os diversos setores interessados das esferas públicas e da sociedade civil em geral. Enquanto as comissões se mobilizaram, o governo federal assinava convênios, repassando fundos mediante critérios clientelistas e sem controle destas comissões, tanto do volume de recursos, quanto do número de projetos e a quem se destinavam. ((HADDAD, 2011 apud MORAIS *et al.*, 2014).

O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 das Diretrizes Curriculares para a EJA do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2000), descreve essa modalidade de ensino por suas funções: reparadora, pela restauração de um direito negado; equalizadora, de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade na forma pela qual se distribuem os bens sociais; e qualificadora, no sentido de atualização de conhecimentos por toda a vida.

A oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelada à perspectiva assistencialista e compensatória, em que os sujeitos excluídos do processo escolar na idade dita "regular" retornariam a escola para ser alfabetizado e incluído no mercado de trabalho (SOUZA, 2010).

A criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu concomitantemente a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA. Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos. Foram ações iniciadas nos primeiros três anos do governo Lula da Silva

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Título V, Capítulo II, Seção V, parágrafo 1º, que “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. E, no parágrafo 2º, que “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalho na escola, mediante ações integradas e complementares “entre si” (BRASIL, 1996).

Para que haja oferta variada para o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos situados na faixa de 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade série, tanto sequencialmente no ensino regular quanto na Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, nos termos do § 3º do art. 37 da Lei nº 9.394/96, os princípios que regem a Educação de Jovens e Adultos, o Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos como direito, alfabetização articulada com a continuidade da Educação de Jovens e Adultos com foco na cidadania, Respeito às diversidades: étnica racial, cultural, gênero, social, ambiental e regional, Natureza interdisciplinar e transversal na perspectiva Inter setorial, são garantidos por Lei.

De acordo com Friedrich (2010):

“A Educação de Jovens e Adultos EJA surge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais.”

Pelo que se viu ao longo dos anos a nova identidade com que a EJA se apresenta é bastante heterogênea, fragmentada e complexa; sua marca parece estar na difusão de que as pessoas devem buscar, na educação, competências e habilidades que as dotem da possibilidade de empregabilidade. Esta concepção pauta-se pelo horizonte individualista e da submissão, e se expressa na ideia de que ser educado é ser empregável.

Os educandos da EJA têm várias perspectivas no que se refere ao futuro, acreditam que a Educação de Jovens e Adultos pode ser determinante na formação escolar quanto na socialização promovendo assim melhorias na qualidade de vida, e isso pode dar-se através de práticas de economia solidária.

2.2 Economia Solidária

A Economia Solidária pode ser definida em três dimensões (ANDION, 2005):

- **Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.
- **Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada.
- **Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da

solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A Economia Solidária é uma importante ferramenta que vai de encontro às consequências causadas pela exclusão social por apresentar como uma alternativa geração de renda ao um público que por diversas vezes sentem as margens na sociedade por fazer parte de um grupo de pessoas que vivenciam uma série de necessidades decorrentes das desigualdades sociais pautado.

Na estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. (MANCIE, 1999).

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares. São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

A prática da economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos da produção dos encargos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos envolvidos com esta forma de trabalho (GADOTTI, 2009).

As ações construídas nos princípios solidários proporciona crescimento em vários aspectos aos indivíduos que buscam melhores condições de trabalho e de vida para o grupo do qual é parte deste processo. Neste sentido Paulo Freire (1996) vem corroborar quando diz: “Empoderar não é ‘ter mais’ poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, ‘ser mais’”.

Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

Dentre das relações econômicas e solidárias é necessário um gestão que atenda as necessidades do grupo o que ocorre por diversas por autogestão na qual todos são coo responsáveis por acertos e falhas em comum acordo firmado na parceria e na equidade de deveres e direitos.

A economia solidária significa uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais solidárias diferentes das relações de mercado capitalista e relações assistencialistas e tecnicistas. A origem desta perspectiva advém de pequenas iniciativas associadas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade, da cooperação, do diálogo e da busca de caminhos alternativos e sustentáveis.

A realização dos princípios que fundamenta e regulamenta as ações coletivas democráticas, autogestão sustentável dentro da Economia Solidária, apresentam-se viáveis ao desenvolvimento e valorização do ser humano. A autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural (XAVIER, 2008).

Na década de 1990, ocorreu uma expansão de diversas ações de caráter solidários em vários seguimentos da comunidade, nos movimentos sociais e de igreja que promoveu maior visibilidade com aparece os primeiro recursos financeiros destinados para a compra de materiais aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's). Realizar atividades econômicas fundamentadas na autogestão antes de tudo é necessário desconstruir nos participante as diferenças pessoais que ocorre nas distintas funções profissionais, que na maioria das vezes distancia os indivíduos devido os níveis de hierarquia.

A ajuda do Estado será um fator importante para o movimento das cooperativas de produção, por uma série de motivos. O primeiro é que os trabalhadores não dispõem de capital nem propriedades que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro. O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido. Portanto, para concorrer em condições de igualdade com estas firmas, as cooperativas de produção precisam do apoio do poder público. (SINGER, 2002, p. 92)

Diversas atividades cotidianas podem ser incorporadas a Economia Solidária como fonte de renda para comunidades carentes. Os conhecimentos práticos das comunidades tradicionais sobre as plantas medicinais estão intimamente relacionados aos recursos naturais disponíveis e a seu patrimônio cultural, sendo uma reprodução sociobiocultural e econômica de seus antepassados, que vem sendo transmitido para as gerações atuais.

No tocante aos traços culturais, há evidências que determinadas culturas tendem a estimular valores que contribuem para maior propensão ao empreendedorismo, na medida em que valorizam a iniciativa e a autonomia.

2.3 Uso de Plantas Mediciniais

Os seres humanos relacionam-se com a natureza desde o princípio, e essa interação os ajudou a perceberem que a natureza seria peça fundamental para o processo de adaptação e evolução que sofreram ao longo dos anos. O homem com toda sua inteligência aumentou seu campo intelectual e conquistou algumas habilidades, como: a caça, a organização coletiva, a fabricação de instrumentos para abate de animais e utilização da pele para confecção de vestimentas e agasalhos, etc. Além desses aspectos, um ponto crucial foi perceber que algumas frutas eram comestíveis e algumas plantas continham substâncias que curavam, dessa forma, surgiu a utilização, e posteriormente, a classificação em plantas medicinais ou fitoterápicas.

A ciência reúne conhecimentos de diversas áreas, tais como: economia, linguística, antropologia, ecologia e farmacologia, fornecendo uma gama de informações características e específicas, mas que ao final possuem um mesmo objetivo, que é o de unificar e trazer novas perspectivas para uma ciência que pode ajudar a humanidade a entender melhor essa relação.

Segundo Friedman *et al.* (1986), uma planta com índice de importância relativamente alto pode sugerir uma real efetividade no tratamento da doença, pois em estudos etnobotânicos esse índice facilitará a seleção de espécies para testes farmacológicos que possam vir a provar uma eficácia de seus princípios ativos.

O estudo das plantas medicinais e sua relação com o povo ao longo dos anos é estudada pela etnobotânica. O termo etnobotânica foi designado formalmente pelo americano J. W. Harshberger em 1895, como sendo o estudo de plantas usadas por

povos primitivos e aborígenes e, por força desta definição inicial, durante muito tempo foi entendida com base neste conceito. Davis (1995 apud OLIVEIRA, 2009) diz que a etnobotânica é uma ciência que teve origem nas numerosas observações de exploradores, missionários, naturalistas e botânicos, ao estudarem o uso de plantas por comunidades de todo o mundo.

O Brasil possui a maior diversidade biológica do planeta, tornando alvo de cobiça de comunidades científicas de todo o mundo. O cerrado detém mais de 6000 plantas vasculares, muitas delas utilizadas como alimentos e para fins terapêuticos. Na área da medicina, as plantas tropicais oferecem propriedades para a produção de analgésicos, tranquilizantes, diuréticos, laxativos e antibióticos entre outros. A comercialização mundial dos produtos secundários soma, em média, 200 milhões de dólares por ano (NASCIMENTO e GONÇALVES, 2013; SOUZA e FELFILI, 2006; MACIEL *et al.*, 2002).

O bioma caatinga ocupa uma área exclusivamente brasileira de 850 mil km², representando 10% do território nacional e englobando os nove estados do Nordeste, mais o norte de Minas Gerais. Rico em biodiversidade, o bioma caatinga abriga 591 espécies de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes, 221 abelhas 178 espécies de mamíferos (MMA, 2016).

A flora da caatinga detém de características peculiares que a diferencia da variedade de cores exuberante das florestas tropicais úmidas, as fisionomias visualizadas por muitos transcende a ideia de bioma de baixíssima diversidade partindo do pressuposto dos aspectos como sua vegetação apresenta-se aspectos de uma feia e seca.

A vegetação que caracteriza a Caatinga é composta principalmente por plantas como o umbuzeiro (*Spondia tuberosa*), a barriguda (*Chorizia ventricosa*), o icó também conhecida como feijão-bravo (*Capparis yco*), a baraúna (*Schnopsis brasiliensis*), o faveleiro (*Cnidosculus phyllacanthus*) o pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) e a camaratuba (*Cratylia mollis*) Catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), Canafistula (*Peltophorum dubium*), Amburana (*Commiphora leptophloeos*) Pinhão-Bravo (*Jatropha molíssima*) as cactáceas que se apresentam com mais frequência na região são as Palmas *Opuntias*, mandacaru (*Cereus jamacaru*), xique xique (*Pilocereus gounellei*), coroa de frade (*Melocactus Zehntneri*) (SILVA *et al.*, 2014). Contudo a flora deste bioma apresentam características ímpares de suma importância para o tratamento de patologias baixa e media complexidade.

Em relação aos conhecimentos as plantas são utilizadas com finalidades medicamentosas são as mais diversas nas áreas de Caatinga, algumas publicações elucidam a rica flora dessa região com suas varias utilizações medicamentosas, muitas das quais apresentam os mais variados usos para distintas enfermidades, bastante por comunidades rurais e localidades de pequeno e médio porte. (AMORIM *et al.*, 2005).

Os conhecimentos praticados no cotidiano nas comunidades rurais sobre as plantas medicinais estão intrinsicamente relacionados aos recursos naturais disponíveis no ambiente no qual estão inseridos como também na reprodução de costumes e práticas que são repassados ao longo de anos de geração a geração.

De acordo com Alencar (2012), as comunidades rurais são responsáveis por manter um grande elenco de plantas nativas e exóticas, para suprir as mais variadas necessidades, principalmente às alimentícias e as médicas, dessa forma, o conhecimento empírico destas populações, podem fornecer informações importantes para pesquisas e assim, muitas descobertas científicas podem e poderão acontecer.

Segundo Albuquerque (2005), plantas medicinais são espécies vegetais que possuem diversos tipos de princípios ativos, que podem atuar nos órgãos de humanos e animais, no combate a diversas doenças, eliminando agentes causadores, como vermes, fungos e bactérias, além de oferecer uma forte ação preventiva, contra muitos outros problemas de saúde.

Diante de vários fóruns, reivindicações e pesquisas científicas constatou a necessidade de uma portaria que ofereça diretrizes a serem cumpridas por todos a fim promover o uso consciente e sustentável das plantas utilizadas na cura de patologias.

A Portaria Interministerial nº 2.960/2008 (BRASIL, 2008) assinada pelo Ministério da Saúde e outros nove ministérios, instituiu o Programa Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico que visa “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional”, o Programa Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico se propõe a:

- Inserir plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à Fitoterapia no SUS, com segurança, eficácia e qualidade, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.
- Promover e reconhecer as práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros e remédios caseiros.
- Promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos.
- Construir e/ou aperfeiçoar marco regulatório em todas as etapas da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, a partir dos modelos e experiências existentes no Brasil e em outros países, promovendo a adoção das boas práticas de cultivo, manipulação e produção de plantas medicinais e fitoterápicos.
- Desenvolver instrumentos de fomento à pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e inovações em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva.
- Desenvolver estratégias de comunicação, formação técnico-científica e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos.
- Promover o uso sustentável da biodiversidade.

Grande parte da população mundial tem confiança nos métodos tradicionais relativos aos cuidados diários com a saúde e cerca de 80% dessa população, principalmente dos países em desenvolvimento, confiam nos derivados de plantas medicinais para seus cuidados com a saúde, as plantas medicinais apresentam

potencialidades a serem trabalhadas por grupos de pessoas que compartilham e exercem os princípios e ações em da Economia Solidária (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Um aspecto característico deste tipo de situação é a combinação entre a valorização do espaço local com a busca de respostas para problemáticas específicas, inserindo a solidariedade na elaboração coletiva das atividades econômicas envolvidas no plantio. Essa preocupação com a comunidade local pode levar a outras duas características fundamentais na experiência: uma combinação de atividades econômicas com outras atividades de cunho social, educacional e político; a preocupação com a valorização do sentido do trabalho e o compromisso com a coletividade.

A abertura de empresas ou empreendimentos de economia solidária é tida como uma importante base de competitividade e como uma forma de criar novos postos de trabalho. O termo "empresariabilidade" vem sendo empregado para caracterizar a atenção que a criação de empresas tem recebido nos ambientes políticos e acadêmicos (KANTIS, 2002).

Os estudos nesse campo têm enfatizado, em geral, motivos que levam os indivíduos a criarem o próprio negócio, como também a personalidade do empreendedor que é considerada determinante na decisão de abrir a própria empresa (CHELL, 1991). Outros aspectos mencionados em estudos sobre a criação de empresas envolvem: motivos para criação, forma jurídica e origem dos recursos (MACHADO, 2003).

3. METODOLOGIA

O local de estudo foi o município de Picuí que está localizado na mesorregião da Borborema, na microrregião do Seridó oriental da Paraíba, distando 244,10 quilômetros da capital João Pessoa com uma área 665.57 Km², com altitude 439 m. Limita-se ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte; ao sul, com Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Baraúna (PB); ao leste, com os municípios de Cuité e Nova Floresta (PB); e ao oeste, com o município de Frei Martinho (PB) e Carnaúba dos Dantas (RN). O clima é do tipo semiárido (desértico), quente e seco, com temperatura média de 26°. A vegetação nativa predominante no município é a Caatinga, do tipo arbustivo arbórea, destacando-se plantas como a jurema *Mimosa Tuniflore*, o marmeleiro (*Croton sonderianus*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), umbuzeiro (*Spondia tuberosa*) baraúna (*brasiliensis engla*) e as cactáceas mandacaru (*Cereus jamacaru*), facheiro (*Pilosocereus pentaedrophorus*) macambira (*Bromelia lamosa*) (MASCARENHA, 2005).

O estudo foi realizado com 22 alunos do ensino fundamental (sexto e sétimo anos) que frequentam a Educação de Jovens e Adultos – EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Severino Ramos da Nobrega.

Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectivas dos participantes acerca do uso das plantas medicinais (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

As atividades da pesquisa iniciaram-se com uma aula em forma de roda de conversa, utilizamos recurso de mídias (APÊNDICE 1) onde abordamos conceitos sobre a EJA. Foi utilizado um questionário semiestruturado (APÊNDICE 2) procurando conhecer o perfil socioeconômico dos alunos e também servindo de base para uma segunda parte da pesquisa onde foram investigadas as perspectivas dos participantes acerca da EJA, das plantas medicinais e da Economia Solidária, através de uma palestra-aula. O questionário esclarece de forma breve as intenções da pesquisa em que nenhum participante é identificado.

Para cumprir os objetivos da pesquisa, o questionário foi dividido em duas partes. Na primeira parte constam dados socioeconômicos como sexo, idade,

escolaridade, renda família e número de pessoas por residência. Na segunda parte é investigado o uso de plantas medicinais, as expectativas diante do retorno ao meio escolar e as perspectivas da utilização das plantas medicinais na Economia Solidária.

Realizou-se uma breve análise quantitativa das perspectivas dos alunos e uma avaliação qualitativa da relação entre os conhecimentos sobre plantas medicinais na perspectiva de economia solidária.

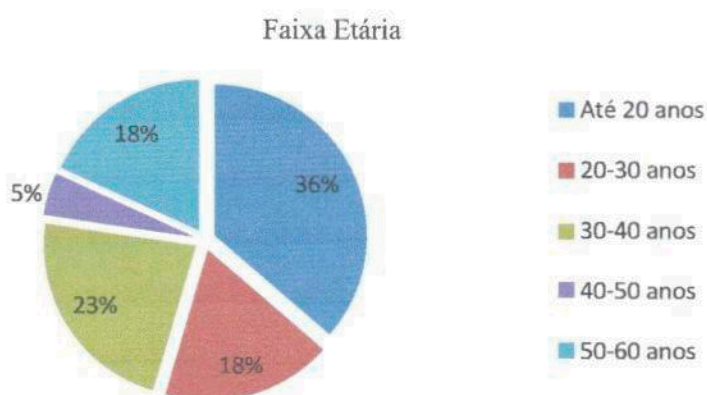
Para a organização e tratamento dos dados utilizamos elementos inspirados na análise de conteúdo de Bardin (1977) visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. As respostas dos entrevistados, quando aparecerem, serão transcritas em itálico e entre aspas para uma melhor diferenciação em relação ao texto da discussão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi realizado com 22 alunos que frequentam a E. M. E. F. Severino Ramos da Nóbrega, são alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, do sexto e sétimo ano. Aproximadamente 60% dos educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), entrevistados são do sexo masculino, os dados obtidos no referido estudo sugere que as mulheres se deparam com mais dificuldades para retornar ao ambiente escolar, porém quando retornam a sala de aula a evasão é menor.

Os entrevistados da EJA que frequentam a EMEF Severino Ramos da Nóbrega apresentam idades variadas, que variam de 15 a 59 anos de idade conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Faixa Etária dos Educandos da EJA entrevistados.



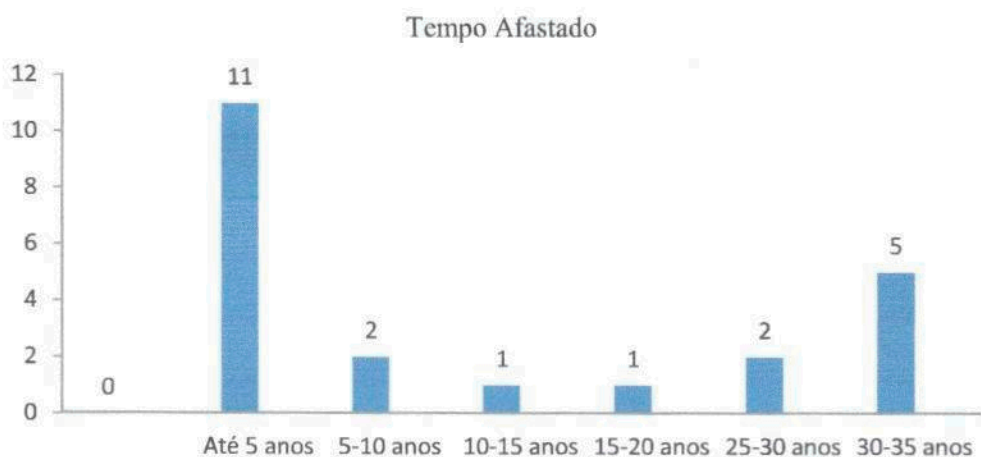
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os intervalos de idade compreendidos entre 20-30 anos e 30-40 anos foram os mais representativos com percentuais de 36% e 23%, respectivamente. Esses dados demonstram que o perfil do alunado na referida escola é constituída por jovens e adultos de meia idade, levantando a hipótese que a busca pela educação se faz presente nas mais diversas faixas etárias.

Em relação ao tempo que os participantes desse estudo ficaram distantes da sala de aula, houve enorme variação entre as respostas. Entre os entrevistados aproximadamente 50% são adolescentes que, por motivos de trabalho, foram

transferidos de outros turnos. O tempo que estes passaram fora da escola variou de um a três anos. Eles não consideram que pararam de estudar, afirmam que por dificuldades variadas ainda não conseguiram concluir os estudos e veem no ensino de jovens e adultos uma possibilidade de avançar nos conseguir melhores oportunidades na vida. Os dados dos demais questionários mostra uma variação, de nove à trinta e cinco anos distante da sala de aula (Figura 2).

Figura 2. Período de afastamento (anos) da sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Diante dos resultados obtidos, observa-se que muitas pessoas estão retornando ao ambiente escolar devido às consequências geradas pela defasagem no conhecimento e outras por não terem frequentado a escola quando crianças e adolescentes em decorrências de residir na zona rural na época e ajudar os pais na agricultura sendo, nessa época, impossibilitados de estudar pelas dificuldades no acesso á educação.

Ao serem questionados porque quiseram voltar a estudar, os motivos expressos foram variados. Os objetivos estão distribuídos em uma larga escala que abrange as mais diversas buscas de saberes, que transitam do aprender a realizar cálculo de somatória simples ao prazer de escrever uma carta para uma amiga. São desejos e sonhos que podem ser alcançados com uma aprendizagem construída no ambiente escolar e na convivência com outros educandos.

“Por necessidade e a oportunidade de recuperar o tempo perdido e poder se qualificar para o mercado de trabalho.

“Para melhorar a qualidade de vida.”

“A vontade de aprender é muito grande por que te futuro melhor”.

“Para terminar o ensino fundamental e fazer o ensino médio.”

Quando questionados qual importância da Educação de Jovens e Adultos, dezesseis participantes da pesquisa responderam em linhas gerais que é importante, pois trabalham durante o dia e estudam a noite, sendo, portanto uma forma de conseguir avançar nos estudos.

“O direito e a oportunidade de recuperar o tempo perdido e poder se qualificar para o mercado de trabalho”.

“a aprendizagem é o melhoria de vida e que tem o dia para caçar um emprego.”

“E muito bom por que muitos amigos vejo com sigo aprender com eles a quilo que não conheci”[SIC]

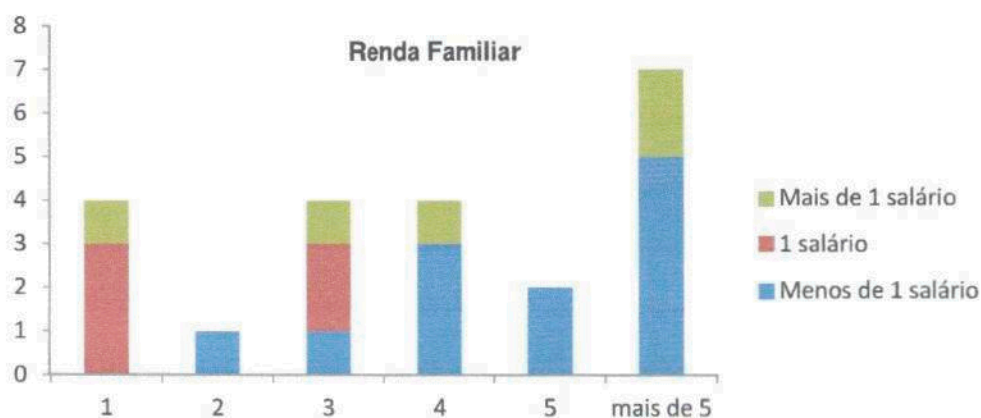
Neste sentido Furter, (1965 apud VENTURA, 2001) afirma as competências e habilidade adquiridas com uma alfabetização orientada para a expressão, e não para o consumo, é também uma alfabetização que faz do outro sujeito de sua própria atividade e, conseqüentemente, o agente de sua transformação social como também estrutura em escala mais ampla.

O conhecimento socializado no espaço escolar deve oportunizar condições ao educando de ser cidadão, bem como valorizar sua cultura de referência, acrescentar-lhes novos conhecimentos, de modo que se tornem “autônomos intelectual e moralmente, capazes de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vivem de forma crítica e reflexiva, impondo autonomia às suas próprias ações (SILVA, 2003).

Buscou-se conhecer qual a importância da Educação de Jovens e Adultos na vida dos educandos. Nas falas dos entrevistados observa-se que a busca pelos conhecimentos sistematizados e a volta ao ambiente escolar é de suma importância para os cidadãos trabalhadores que necessitam aprender novos conhecimentos para o desenvolvimento das suas capacidades, para buscar um emprego e para o bem-estar do individuo social.

De acordo com dados relacionados ao tamanho das famílias dos estudantes do EJA entrevistados nesse estudo, observa-se que aproximadamente 65% fazem parte de famílias composta por mais de quatros membros, sendo encontradas casas com até sete pessoas. Os dados demonstram que as famílias dos educando do EJA são numerosas e sobrevivem com baixa remuneração (Figura 3).

Figura 3: Número de pessoas versus renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Buscando saber se os participantes da pesquisa fazem uso de plantas medicinais, verificou-se que 20 pessoas usam as plantas com propósito de curar as enfermidades e somente duas pessoas disseram não usar as plantas para tal finalidade. No entanto, um destes participantes se contradiz quando relata fazer uso de sabugueiro para curar febre e gripes. A utilização de plantas medicinais é uma prática costumeira.

Indagamos se as plantas medicinais oferecem algum benefício e dentre os participantes foi quase unânime que as plantas sempre curam as doenças. Os alunos destacam o poder da cura de várias patologias, principalmente de problemas relacionados ao sistema respiratório, digestório e no tratamento de processos inflamatórios. Há menção, várias vezes, ao baixo custo e a relação de benefício causado pelas plantas medicinais.

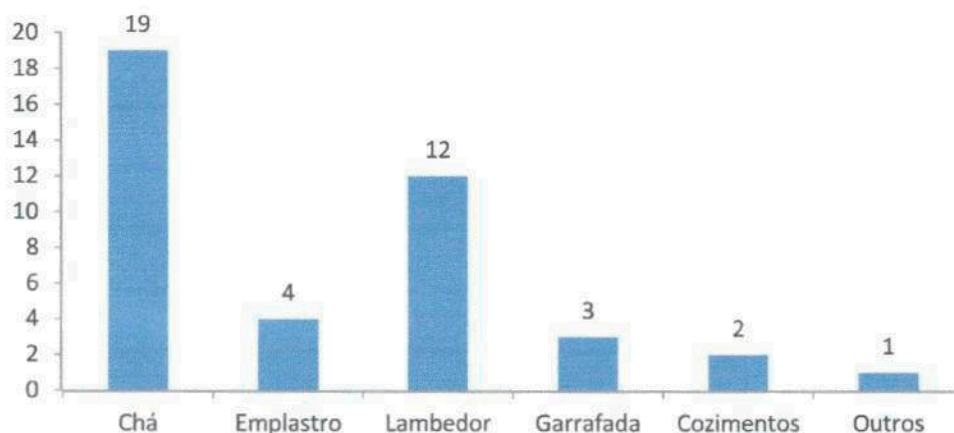
“A cura das doenças até as coisa ruim” [SIC]

“sim na saúde na questão financeira”

“Quando estamos com o pulmão cheio, um lambedor cura”.

Entre os modos de preparo e utilização das plantas medicinais, buscamos saber quais são utilizados com maior frequência (Figura 4).

Figura 4: Modos de Preparo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

As plantas são utilizadas com finalidades fitoterápicas nas formas de lambedores, garrafadas e cozimentos na maioria dos casos para tratar gripes, problemas estomacais e processos inflamatórios.

A maioria dos entrevistados (85%) usa as plantas medicinais em forma de chás. O chá é uma bebida que pode ser preparada através da maceração, infusão e decocção o modo de preparo mais utilizado, consiste em levar a parte da planta junto com água ao fogo até atingir a fervura. Nesse processo é comum usar flores, folhas, caule e raiz (HOEFFEL *et al.*, 1989)

Perguntou-se aos entrevistados quais as plantas mais usadas de forma fitoterápica e qual a finalidade de uso. As ervas e plantas citadas podem ser observadas na Tabela 1.

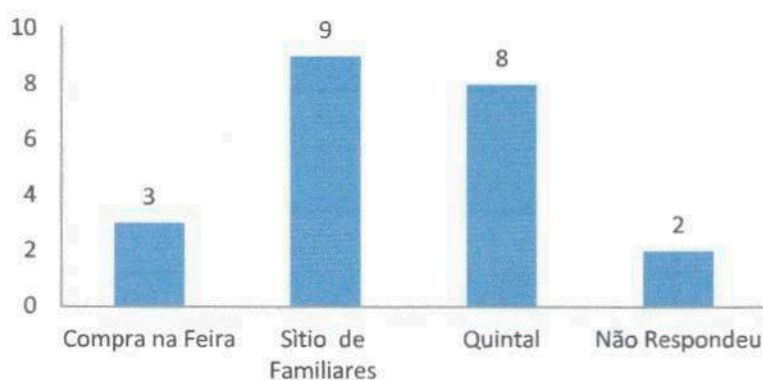
Tabela 1: Nomes das famílias das plantas versus as indicações e número citações.

Família	Nome Científico	Nome Popular	Uso indicado	Vezes citada
Amaranthaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i> .	Mastruz	Gripe e Vermes	3
Anacardiaceae	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira	Gripe má Curada	4
	<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	Infecções	3
Asteraceae	<i>Achyrocline satureioides</i>	Marcela	Intestinais	2
Caprifoliáceas	<i>Sabucus ebulis L.</i>	Sabugueiro	Febre	7
Euphorbiaceae	<i>Cnidioscolus phyllacanthus</i>	Favela	Anti-inflamatório	2
Fabaceae	<i>Amburana cearensis</i>	Imburama	Inflamação	1
	<i>Dipteryx odorata</i>	Cumarú	Gripe e Febre	1
	<i>Bauhinia forficata</i>	Mororó	Diabete	2
Lamiaceae	<i>Rosmarinus officinalia</i>	Alecrim	Coração, Calmante	2
	<i>Mentha x villosa</i>	Hortelã F. Miúda	Gripe	3
	<i>Ocimum basiliam</i>	Manjericão	Dor de ouvido e Colesterol	2
	<i>Melissa officinali</i>	Erva – Cidreira	Intestino	11
	<i>Mentha spicata</i>	Hortelã Folha Larga	Infecções e Gripe	4
Liliaceae	<i>Aloe vera</i>	Barbosa	Vermes	5
Monimiaceae	<i>Peumus boldus</i>	Boldo	Intestinais	11
Mytaceae	<i>Eucalyptus globulus</i>	Eucalipto	Gripe e Febre	1
Poaceae	<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim Santo	Calmante e Intestino	2
Rubiceae	<i>Morinda citrifolia</i>	Noni	Inflamação	1
Rutaceae	<i>Citrus sinensis</i>	Laranja	Calmante	1
	<i>Ruta graviolens</i>	Arruda	Coração	3
Sapotáceae	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>	Quixabeira	Anti-inflamatório	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em relação à forma de aquisição das plantas medicinais, percebe-se que a maioria dos entrevistados cultiva em seus quintais ou adquire com vizinhos e familiares de forma gratuita (Figura 5). Se, por um lado, esses novos modos de vida assimilam a essência das formas de convivência propriamente urbanas, por outro, retêm antigas práticas provenientes de suas origens rurais, que continuam a se manifestar no vocabulário, na culinária, nas artes, na sociabilidade etc. Nessas comunidades são observados elevados índices de desemprego e subemprego, além de sérias carências de serviços básicos. A vulnerabilidade à insegurança alimentar, nutricional e de saúde é uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio às famílias, o que se deve à combinação de dois fatores interdependentes: a dificuldade de acesso aos alimentos, em razão dos baixos níveis de renda familiar, e a tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa qualidade nutricional das dietas, em geral carentes de vitaminas e sais minerais (MAIA et al., 2003).

Figura 5: Locais de aquisição das plantas medicinais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Há um intercâmbio das plantas e do conhecimento a ela relacionado, este é geralmente repassado de geração a geração e constitui um conhecimento tradicional importante que deve ser conservado.

Um dos princípios da Economia Solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção pelos membros das decisões e deliberações coletivas sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização economia (SCHIOCHET, 2011).

Ocorre uma prática solidária nas relações de convivências entre os estudantes da EJA. Isso ficou claro no momento em que os questionários estavam sendo aplicados em sala de aula, bem como quando os entrevistados afirmam que adquirem as plantas nos sítios de familiares quase sem não nenhum tipo de custo financeiro. Há uma economia solidária firmada em ações de boa vizinhança, utilizando e repassando saberes acerca do uso das plantas medicinais.

Na definição de Economia Solidária, as respostas foram as mais diversas: dois participantes não responderam, um disse não compreender e os demais expõem seus conceitos até de forma prática:

“É um trabalho que age em grupos e um ajuda o outro e divide os lucros na metade”

“Compartilhar com o outro ajudar próximo.” [SIC]

“Trabalharem grupos sem que ninguém leve vantagem sobre o outro nos lucros”.

“A economia que beneficia as pessoas da minha casa.”

“Por que e usado essa ervas medicinais não presiga gatrar mdinheiro.” [SIC]

“Entendo quando amigos ajuda a pessoa como que aconteceu puxamos o piso da casa de um conhecido que podia pagar”.

Analisando qualitativamente as respostas dos questionários, é possível constatar que os colaboradores desse estudo sabem, compreendem e fazem economia solidaria. Em suas falas ressaltam que é a divisória correta [de bens] sem utilizar meios ilícitos com o companheiro. Outro participante reconhece que em sua família eles praticam economia solidária, pois o seu genitor fabrica brinquedos em madeiras e os membros de toda a família participam do processo, seja auxiliando na finalização dos produtos ou realizando os serviços de venda.

A capacidade de enfrentar situações do cotidiano, trabalhos em grupo, a redescoberta, a resolução de problemas individual e coletivamente são exercício de competências de vida em comunidade. Aprende-se a lidar com os limites e possibilidades de cada um e de cada grupo e usar procedimentos racionais como fundamento e consequência do agir. (DELIZOICOV *et al.*, 2004).

Algumas estratégias vêm sendo consideradas como prioritárias para amparar e intermediar a adaptação da agricultura familiar às novas exigências de mercado, inclusive na economia solidária. De acordo com Medeiros *et al.* (2002), mercados orientados para valores como ética, tradição, produção natural e ecológica e justiça social têm surgido e vêm apresentando crescimento significativo. O cultivo de

produtos diferenciados é um bom exemplo deste movimento. Atendendo novas exigências em termos de qualidade e respeitando o meio ambiente, tais alternativas revelam grandes oportunidades da utilização de sistemas de produção adequados para pequenas propriedades.

Neste cenário, a produção de plantas medicinais também se insere como uma alternativa de economia solidária interessante para os produtores familiares. A partir dessas plantas, princípios ativos são extraídos para a fabricação de medicamentos utilizados para o tratamento e cura de doenças (fitoterapia). A sua produção sustentada, tanto a cultivada quanto a explorada (extrativismo), vislumbra grande potencial de mercado, seja para uso artesanal ou industrial, seja para o mercado interno ou externo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, que os alunos da educação de jovens e adultos entrevistados conhecem uma grande quantidade de plantas nativas e exóticas, pertencentes a diversas famílias botânicas, e praticam informalmente um tipo de economia solidária.

O plantio e cultivo de plantas medicinais na cidade de Picuí, por frequentadores da educação de jovens e adultos, têm interfaces importantes com diversos outros aspectos do ecossistema urbano, que vão além da produção de produtos fitoterápicos. Uma das dimensões fundamentais é o resgate cultural, de relação e cuidado com o ambiente e com as plantas, além de propiciar novas sociabilidades. O fato é que a recuperação de laços de sociabilidade e a elevação da autoestima proporcionada por dinâmicas da cultura urbana contribuem diretamente para a busca de estratégias coletivas e individuais de promoção de maiores níveis de segurança alimentar, nutricional e em saúde.

De acordo com as características do sistema de produção de plantas medicinais descrito nesta pesquisa, a agricultura familiar apresenta condições propícias para o seu cultivo. Trata-se, portanto, de mais uma alternativa na geração de emprego e renda através de uma economia solidária para este segmento tão importante e representativo do Brasil.

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à etnobotânica**. 2a edição. Rio de Janeiro: Interciência, 2005
- ALENCAR, N. L. **Farmacopeias tradicionais o papel das plantas medicinais na sua constituição, formação e manutenção em comunidades da Caatinga**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.
- AMORIM, I. L.; SAMPAIO, E. V. S. B.; DE LIMA ARAÚJO, E. Flora e estrutura da vegetação arbustivo-arbórea de uma área de caatinga do Seridó, RN, Brasil. **Acta botânica brasílica**, v. 19, 2005, p. 615-623.
- ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Portaria Interministerial nº 2960**. Aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, nº 240, p. 56, 2008.
- BRASIL. **RESOLUÇÃO C. N. E. CEB nº 1 de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.
- CHELL, E. **The entrepreneurial personality**. London: Routledge, 1991.
- DELIZOICOV, D. Pesquisa em ensino de ciências como ciências humanas aplicadas. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 21, n. 2, 2004, p. 145-175.
- FREIRE, P. **Educação e conscientização**. Obra de Paulo Freire. São Paulo: Série Livros, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 35a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIEDMAN, J.; YANIV, Z.; DAFNI, A.; PALEWITCH, D. A preliminary classification of the healing potential of medicinal plants, based on a rational analysis of an ethnopharmacological field survey among Bedouins in the Negev Desert, Israel. **Journal of Ethnopharmacology**, n. 16, 1986, p. 275-287.
- FRIEDRICH, M. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais**, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. Produção de terceiros sobre Paulo Freire. São Paulo: Série Livros, 2009.

GOMES, L. K. S. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, 2012.

GOMES, M. F. C. Política Social e o Pensamento de Paulo Freire. **Revista Eletrônica do Grupo Aleph**, v. 2, n. 9, 2006.

HOEFFEL, J. L. M.; GONÇALVES, N. M.; FADINI, A. A. B.; SEIXAS, S. R. C. Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais nas Apas's Cantareira/SP e Fernão Dias/MG. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n. 1, 2011.

KANTIS, H. **Empresarialidad en economías emergentes: creación y desarrollo de nuevas empresas en America Latina el Este de Asia**. Caracas: Banco interamericano de desarrollo, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, G. O processo de criação de empresas por mulheres. **Rae Light**, v. 2, 2003.

MACIEL, M. A. M; PINTO, A. C; VEIGA JUNIOR, V. F; GRYNBERG, N. F; ECHEVARRIA, A. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Química Nova**, v. 25, n. 3, 2002, p. 429-438.

MAIA, P. O.; MALUF, R. S. J.; SILVA, L. C. **Agricultura urbana e a promoção da segurança alimentar e nutricional numa comunidade em Campo Grande**. Rio de Janeiro, 2003.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MASCARENHA, J. C. **Diagnóstico do município de Picuí, estado da Paraíba**. Brasília, IBGE, 2005.

MEDEIROS, J. X.; WILKINSON, J.; FARIAS, R. M. S.; LIMA, D. M. A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. p 23 - 38.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em 22/09/2016.

MORAIS, C. R. S.; ALBUQUERQUE, A. V.; MORAIS, S. R. A. **O Perfil dos especialistas da educação de jovens e adultos e economia solidária do semiárido Paraibano: busca e diversidade**. Anais do Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Realize, 2014.

NASCIMENTO, A. P. L. F; GONÇALVES, K. **Uso de plantas cultivadas em quintais urbanos no município de campina do Monte Alegre, SP**. In: Anais do 11º Congresso de Ecologia do Brasil, Porto Seguro, 2013.

OLIVEIRA, F. C.; ALBUQUERQUE, U. P.; FONSECA-KRUEL, V. S.; HANAZAKI, N. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Revista Acta Botânica Brasileira**, v. 23, n. 2, 2009, p.590-605.

OLIVEIRA, F.C.S.; BARROS, R.F.M. e MOITA NETO, J.M. Plantas medicinais utilizadas em comunidades rurais de Oeiras, semiárido piauiense. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 12, n. 3, p. 282-301, 2010.

PAIVA, V. MOBREAL: um desacerto autoritário. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 8, n. 23, 2013.

REZENDE, H. A.; COCCO, M. I.M. SÉRGIO. A utilização de fitoterapia no cotidiano de uma população rural. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 36, n. 3, 2002, p. 282-288.

SANTOS, A. A. S. **A gestão pedagógica do programa mais educação: um olhar a partir da experiência da escola Teodora Bentes**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS. E.P. **O Pré-vestibular Solidário -PVS/ CES- Na Perspectiva dos Alunos-Ouvintes**. Monografia Universidade Federal de Campina Grande, Cuité 2013.

SANTOS, M. A. de P. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS (EJA): REVISITANDO UM VELHO DEBATE. **Revista Educação-UNG**, v. 3, n.1, 2008, p. 03-07.

SCHIOCHET, V. **Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. In: BENINI, É. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Orgs.). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 443-452.

SILVA, M.; SILVA, P.; OLIVEIRA, Y. R.; GOMES, T. M. F.; FERREIRA, P. M. P.; CERQUEIRA, G. S.; ABREU, M. Plantas medicinais: cultivo em quintais pela população de um município do semiárido Piauiense, nordeste do Brasil. **Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, v. 7, n. 3, 2014, p. 101-113.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. D; FELFILI, J. M. Uso de plantas medicinais na região de Alto Paraíso de Goiás, GO, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**, v. 20, n. 1, 2006, p.135-142.

SOUZA, J. E. P. **Informática na EJA: contribuições da teoria histórico-cultural**. 171 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, 2010, p.38-45.

VENTURA, J. P. **Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. Rio de Janeiro: EJA trabalhadores, 2001.

XAVIER, E. **Economia solidária no Brasil: uma outra economia acontece**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

APÊNDICE 1

Palestra

Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.



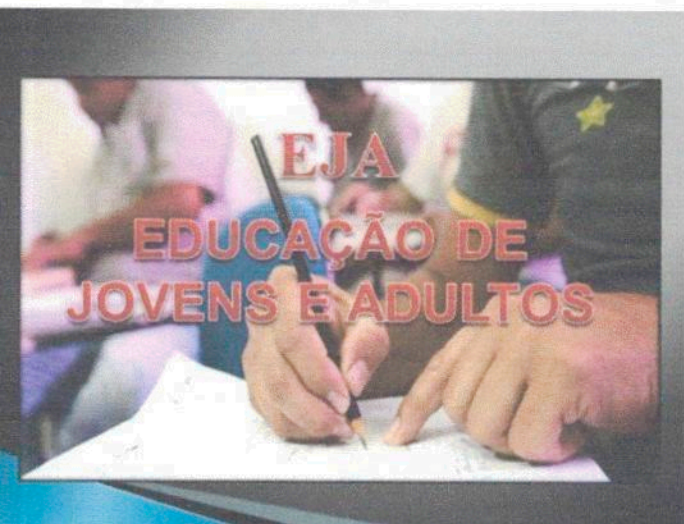
Universidade Federal de Campina Grande



Educação de Jovens e Adultos - EJA

Economia Solidária

Enilma Pinheiro dos Santos
José Carlos Oliveira da Silva



LDB

Da Educação de Jovens e Adultos

- Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
- § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se,

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: no nível de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exame

Perfil dos Estudantes

É um grupo formado por pessoas pouco escolarizadas que busca a qualificação profissional; frequentemente exercem atividades de trabalho informal e, muitas vezes com baixa remuneração.



Origens e definições da economia solidária

A proposta de uma organização econômica centrada no indivíduo - meados do século XVI;

As primeiras ideias surgem na Inglaterra e França - construção coletiva de armazéns, fabricas, empresas rurais.

Economia Solidária

É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.



• **Ação:** fomentar e apoiar o desenvolvimento local solidário com vistas à geração de trabalho e renda, disseminando, articulando e implementando ações em comunidades e em territórios, estimulando a organização de empreendimentos coletivos solidários



ECONOMIA CAPITALISTA	ECONOMIA SOLIDÁRIA
Trabalhadores vendem sua força de trabalho	Trabalhadores NÃO vendem sua força de trabalho
Decisões são tomadas visando o lucro	Decisões são tomadas visando o bem estar
Meios de produção pertencem ao empresário	Meios de produção pertencem ao conjunto de associados
Empresário define as técnicas de produção	O conjunto de associados define as técnicas de produção
Ganhos econômicos são distribuídos/utilizados conforme definido pelo empresário	Ganhos econômicos são distribuídos/utilizados conforme definido pelo conjunto de associados
O empresário gere o empreendimento	O grupo de associados gere o empreendimento

“Solidariedade não é sentimento vago de compaixão ou de tristeza, mas determinação firme e perseverante de comprometer-se com o bem comum”

Muito Obrigado a Todos!!

APÊNDICE 2
QUESTIONÁRIO

Este formulário tem por finalidade realizar um levantamento sobre o uso de plantas medicinais por moradores do município de Picuí, a referida pesquisa é de autoria de Enilma Pinheiro dos Santos sobre orientações do professor José Carlos Oliveira Santos, informamos que em nenhuma hipótese os participantes dessa pesquisa serão identificados.

CARACTERIZAÇÃO DO INDIVÍDUO:

1. Sexo: () feminino () masculino Idade: _____
2. Qual o seu grau de escolaridade? _____
3. Quantas pessoas residem na residência?
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais
4. Qual a renda da família?
() < 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () > 1 salário mínimo
5. Você faz uso de plantas medicinais?
() Sim Não ()
6. Quais os modos de preparação das plantas mais utilizados?
Chá () Lamedor () Garrafadas () Emplasto () Cozimentos () Outros ()
7. Quais são as plantas mais usadas e qual a finalidade?
8. As plantas medicinais oferecem algum benefício?
9. Onde você adquiri (pega) as plantas ?
10. Qual a importância da Educação de Jovens e Adultos para você ?
11. Depois de quanto tempo voltou para sala de aula?
12. Porque você quis voltar estudar?
13. O que você entende por Economia Solidária?
14. Você pretende utilizar suas plantas medicinais como fonte de renda Sim ()
Não ()

Obrigado pela contribuição